



STJ00062880

CAPÍTULO 1

A SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO, ORIGEM E HISTÓRICO

1.	A Origem da Proteção Social	1
2.	Conceito de Seguridade Social	4
3.	A Saúde	6
4.	A Assistência Social	9
4.1.	Benefício Assistencial	12
4.2.	Outras Ações	16
5.	A Previdência Social	18
5.1.	Natureza Jurídica e principais características	18
5.2.	A Privatização da Previdência Social	20
5.3.	Regimes Previdenciários	22
5.4.	Regimes Próprios de previdência de Servidores Públicos	24
5.5.	Sistema de Inclusão Previdenciária	26
5.6.	Regimes de Financiamento e Equilíbrio Financeiro e Atuarial	29
6.	Evolução Histórica	32
7.	Evolução Histórica e Legislativa no Brasil	38
8.	Organização e Princípios Constitucionais	46

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO E A SEGURIDADE SOCIAL – PRINCIPAIS DISPOSITIVOS

1.	Previsão Constitucional	59
2.	O Financiamento da Seguridade Social	60
2.1.	As Contribuições Sociais	60
2.1.1.	Competência	60
2.1.2.	Natureza Jurídica	61
2.1.3.	Previsão Constitucional	62
2.2.	Criação de Novas Contribuições Sociais	82
2.3.	A Noventena das Contribuições Sociais	83
2.4.	O Pequeno Produtor Rural e o Pescador Artesanal	84
2.5.	Imunidade das Entidades Beneficentes de Assistência Social ...	85
2.6.	Alíquotas e Base de cálculo Diferenciadas	86
2.7.	Remissão e Anistia de Contribuições Sociais	87
2.8.	Não-Cumulatividade Das Contribuições Sociais	88

2.9.	Substituição da Contribuição sobre a Folha de Pagamento pela COFINS	89
2.10.	Orçamento da Seguridade Social	90
2.11.	Contratação com o Poder Público	91
2.12.	Aumento e Criação de Benefícios Previdenciários	91
2.13.	Requisitos Diferenciados para a Aposentadoria	92
2.14.	A Garantia do Salário Mínimo	93
2.15.	A Habitualidade dos Ganhos e Sua Repercussão no Benefício	94
2.16.	Destinação Exclusiva das Contribuições Previdenciárias	95
2.17.	Competência da Justiça do Trabalho Para Cobrança de Contribuições	96
2.18.	Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição	97
	Apêndice	100

CAPÍTULO 3 LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1.	Conceito	107
2.	Fontes da Legislação Previdenciária	108
3.	Autonomia do Direito Previdenciário	109
4.	Aplicação das Normas Previdenciárias: Vigência, Hierarquia, Interpretação e Integração	112

CAPÍTULO 4 REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Conceito	119
2.	Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	120
3.	Filiação e Inscrição	120
3.1.	Filiação	121
3.2.	Inscrição	123
4.	Segurados Obrigatórios	126
5.	Segurado Facultativo	146
6.	O Conceito Previdenciário de Empresa e Empregador Doméstico	148
6.1.	Empresa	148
6.1.1.	Matrícula da Empresa	152
6.1.2.	A Questão das Cooperativas	152
6.2.	Empregador Doméstico	154

CAPÍTULO 5

FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Introdução	157
2.	Contribuição dos Trabalhadores	159
3.	Contribuição da Empresa	171
4.	Evolução Legislativa sobre o Tema	172
5.	A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Empregados e Avulsos	172
6.	A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Contribuintes Individuais	173
6.1.	A Questão da Contribuição da Empresa sobre a Remuneração de Trabalhadores sem Vínculo Empregatício ...	175
7.	O Adicional das Instituições Financeiras	177
8.	O Seguro de Acidentes no Trabalho – SAT	177
8.1.	Beneficiários do SAT	179
8.2.	A Contribuição para o Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT e para o Custeio da Aposentadoria Especial	180
8.2.1.	A Parcela Básica do SAT	180
8.2.2.	O Adicional ao SAT	185
9.	As Cooperativas de Trabalho e a Contribuição de 15% sobre o Valor Bruto da Nota Fiscal ou Fatura de Serviços	190
10.	Parcelas Integrantes da Base de cálculo	192
11.	Parcelas Excluídas da Base de cálculo	194
12.	A Contribuição do Empregador Doméstico	195
13.	Contribuições Substitutivas da Parte Patronal	196
13.1.	Associações Desportivas que Mantêm Equipe de Futebol Profissional	197
13.2.	Produtores Rurais	199
14.	Outras Receitas da Seguridade Social	205
15.	Destinação das Contribuições Sociais	205
16.	Contribuições para Terceiros	207
	Apêndice 1	215
	Apêndice 2	229
	Apêndice 3	238

CAPÍTULO 6
SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

1.	Conceito	247
2.	Segurados Empregado e Avulso	249
3.	Empregado Doméstico	250
4.	Contribuinte Individual	251
4.1.	O Salário-Base	251
4.2.	A Regra de Transição	252
5.	Segurado Facultativo	253
6.	Limites do Salário-de-Contribuição	254
6.1.	Limite Mínimo	254
6.2.	Limite Máximo	255
7.	Composição do Salário-de-Contribuição	256
7.1.	Parcelas Integrantes do Salário-de-Contribuição	256
7.2.	Parcelas Não-Integrantes do Salário-de-Contribuição	257

CAPÍTULO 7
ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À
SEGURIDADE SOCIAL E RECOLHIMENTO FORA DO PRAZO

1.	regras principais	271
2.	Recolhimento da Contribuição Relativa à Comercialização da Produção Rural	274
3.	Recolhimento em Atraso	275
4.	Cálculo de Contribuições em Atraso, Retroação da Data de Início de Contribuição e Indenização dos Contribuintes Individuais	279
Apêndice	283

CAPÍTULO 8
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

1.	Introdução	291
2.	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP	293
3.	Responsabilidade Solidária	296
4.	A Retenção de 11% sobre o Valor Bruto da Fatura ou Nota Fiscal	297
5.	Construção Civil	302
6.	Grupo Econômico	303

7.	Administradores Públicos	303
8.	Titular da Firma Individual, Sócio de Empresa por Cotas de Responsabilidade Limitada, Acionistas Controladores, Administradores, Gerentes e Diretores	305
9.	Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão-de-Obra	307

CAPÍTULO 9

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DO DÉBITO E EXECUÇÃO FISCAL

1.	A Constituição do Crédito	309
2.	Parcelamento de Contribuições e Demais Importâncias Devidas à Seguridade Social	311
3.	Aferição Indireta	314
4.	Representação Fiscal para Fins Penais	315
5.	Dívida Ativa	318

CAPÍTULO 10

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

1.	Introdução	323
2.	Decadência e Prescrição no Benefício	324
2.1.	A Previsão Legal do caput do Art. 103 da Lei nº 8.213/91	324
2.2.	A Previsão Legal do parágrafo único do Art. 103 da Lei nº 8.213/91	328
2.3.	A Previsão Legal do Art. 104 da Lei nº 8.213/91	329
2.4.	Retroação do prazo prescricional	330
3.	Revisão do Benefício pela Própria Administração	332
4.	Decadência no Custeio	333
5.	Prescrição no Custeio	336
6.	Desconstituição do Crédito	338

CAPÍTULO 11

RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES

1.	Introdução	339
2.	Restrições	340
3.	A Restituição	341

4.	A Compensação	342
5.	Reembolso de Pagamento	343

CAPÍTULO 12

IMUNIDADE DE CONTRIBUIÇÕES

1.	Introdução	345
2.	Requisitos	346
3.	O Debate Atual em Torno da Questão	347
4.	O Conselho nacional de assistência social – CNAS	349
5.	Limitações	352
6.	Manutenção	352
7.	Perda	353
	Apêndice	355

CAPÍTULO 13

PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – CND

1.	Introdução	367
2.	Situações Gerais de Necessidade do Documento	368
3.	Construção Civil	369
4.	Produtor Rural	370
5.	Contratações de Operação de Crédito Público	371
6.	Obtenção de Verbas dos Fundos de Participação	371
7.	Indicação de Finalidade	372
8.	Validade do Documento	373
9.	Dispensa da CND	373
10.	Situações Passíveis de Obtenção da CND	375
11.	Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa	376

CAPÍTULO 14

CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

1.	Introdução	377
2.	Apropriação Indébita Previdenciária	377
3.	Sonegação de contribuição previdenciária	381
4.	Falsificação de Documento Público	383

5.	Inserção de dados falsos em sistema de informações	385
6.	Modificação ou alteração não-autorizada de sistema de informações	386
7.	Estelionato	386
8.	Regras Gerais	387

CAPÍTULO 15

INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1.	Introdução	391
2.	Valores das Multas	391
3.	Circunstâncias Agravantes	395
4.	Circunstâncias Atenuantes	395
5.	Gradação das Multas	396

CAPÍTULO 16

RECURSO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS

1.	Introdução	397
2.	Princípios do Processo Administrativo	398
3.	O Processo no Custeio	400
4.	O Processo no Benefício	405
5.	Conselho de Recursos	409
6.	Justificação Administrativa	412

CAPÍTULO 17

PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Regimes Previdenciários	417
2.	Beneficiários do RGPS	418
2.1.	Filho Inválido	421
2.2.	Menor sob Guarda	422
2.3.	União Homoafetiva	424
2.4.	União Estável com Segurado(a) já Casado(a)	424
2.5.	Conseqüências na Separação ou Divórcio	425
3.	Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado	425
4.	Carência	429
5.	Salário-de-Benefício	436
5.1.	Fator Previdenciário	440
5.2.	Disposições Gerais sobre o Salário-de-Benefício	444

6.	Renda Mensal de Benefício	448
7.	Reajustamento do Valor e Pagamento dos Benefícios	451
7.1.	Correção do Benefício Previdenciário com Base na Súmula 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos	453
7.2.	Correção do Benefício Previdenciário pelo Número de Salários-Mínimos	455
7.3.	Correção do Benefício Previdenciário pela Lei nº 8.213/91	456
7.4.	Outras Questões Envolvendo a Correção do Benefício Previdenciário	458
7.5.	Regras Gerais de Pagamento do Benefício	459
8.	Descontos Legalmente Autorizados na Renda Mensal do Benefício	459

CAPÍTULO 18

PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1.	Aposentadoria por Invalidez	463
2.	Aposentadoria por Idade	469
3.	Aposentadoria por Tempo de Contribuição	476
3.1.	Tempo de contribuição	480
4.	Aposentadoria Especial	488
4.1.	Conversão de Tempo de Trabalho	495
5.	Auxílio-Doença	499
6.	Salário-Família	505
7.	Salário-Maternidade	510
8.	Auxílio-Acidente	515
9.	Pensão por Morte	521
10.	Auxílio-Reclusão	527
11.	Serviço Social	531
12.	Habilitação e Reabilitação Profissional	532
13.	Abono Anual	535

CAPÍTULO 19

PRINCIPAIS REGRAS DE TRANSIÇÃO

1.	Introdução	537
2.	Regras Transitórias Definidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98	538
2.1.	Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Integral (art. 9º, <i>caput</i> , EC nº 20/98)	538

2.2.	Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Proporcional (art. 9º, § 1º da EC nº 20/98)	541
3.	Regras Transitórias Definidas pela Lei Ordinária nº 9.876/99	542
4.	Regras Transitórias da EC nº 41/03	543

CAPÍTULO 20

ASSUNTOS GERAIS DE BENEFÍCIOS

1.	Acumulação de Benefícios	549
2.	Segurado em Débito com a Previdência Social	551
3.	Benefícios de Legislação Especial	552
3.1.	Jornalista Profissional	553
3.2.	Atleta Profissional de Futebol	553
3.3.	Aeronauta	554
3.4.	Anistiado Político	555
3.5.	Ex-combatente	558
3.6.	Portadores da Síndrome da Talidomida	560
3.7.	Seringueiro	561
3.8.	Ferroviário	563
4.	Desaposentação	564

CAPÍTULO 21

COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS

1.	Introdução	567
2.	Custeio	569
3.	Benefícios Comuns	570
4.	Benefícios Decorrentes de Acidente de Trabalho	571
5.	Juizados Especiais Federais	572
6.	Execução de Contribuições Decorrentes de Decisões da Justiça do Trabalho	574
7.	Tutela Antecipada em Ações Previdenciárias	579
8.	Regras Gerais	580

CAPÍTULO 22

SIMPLES

1.	Introdução	581
2.	Conceitos	582
3.	Tributos Incluídos no SIMPLES	584
4.	Tributos Não-Incluídos no SIMPLES	585
5.	Exclusão do SIMPLES	586
6.	Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	587

CAPÍTULO 23

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

1.	Introdução	591
2.	Conceitos Elementares	592
3.	O Equilíbrio Financeiro e Atuarial	595
4.	Regime Aberto de Previdência Complementar – EAPC	597
5.	Regime Fechado de Previdência Complementar – EFPC	598
6.	Planos de Benefícios	599
6.1.	Plano de Benefícios nas Entidades Abertas	601
6.2.	Plano de Benefícios nas Entidades Fechadas	602
7.	Normas Constitucionais sobre a Previdência Complementar	605
8.	A Previdência Complementar no Serviço Público	607
8.1.	A Questão dos Regimes Próprios	607
8.2.	O Regime Complementar Para Servidores Públicos	608

SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS	611
--------------------------------------	------------

EXERCÍCIOS	625
-------------------------	------------

GABARITO	685
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	693
---	------------